

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
Capanema/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	746.392	711.683	CIRCULANTE	399.977	354.403
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	20.716	19.495	DEPÓSITOS (NOTA 11)	215.606	149.630
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	284.118	285.436	Depósitos à Vista	164.036	128.191
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	-	Depósitos Interfinanceiros	20.892	-
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	144	304	Depósitos a Prazo	30.678	21.439
Correspondentes no país	738	625	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	122.528	143.650
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	283.236	284.507	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	400.380	374.616	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	122.528	143.591
Operações de Crédito	422.764	391.199	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.607	1.350
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(22.384)	(16.583)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.607	1.350
OUTROS CRÉDITOS	36.274	29.926	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	7	10.395
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 06)	576	437	Empréstimos País - Outras Instituições	7	10.395
Rendas a Receber	2.118	2.066	OUTRAS OBRIGAÇÕES	60.229	49.378
Diversos (NOTA 06 e 07)	34.444	28.018	Cobrança e Arrecadação de Tributos	365	166
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(864)	(595)	Sociais e Estatutárias	12.544	11.479
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.904	2.210	Fiscais e Previdenciárias	1.583	1.382
Outros Valores e Bens	4.969	2.271	Diversas (NOTA 14)	45.737	36.351
(Provisão para desvalorização)	(89)	(98)			
Despesas Antecipadas	24	37			
NÃO CIRCULANTE	355.503	241.405	NÃO CIRCULANTE	481.179	400.190
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	355.503	241.405	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	481.179	400.190
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	30.866	5.070	DEPÓSITOS (NOTA 11)	441.594	391.199
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.866	5.070	Depósitos Interfinanceiros	37.730	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	254.286	176.530	Depósitos a Prazo	403.864	391.199
Operações de Crédito	267.335	186.242	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	27.627	8.991
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.049)	(9.712)	Repasse Interfinanceiros	27.627	8.991
OUTROS CRÉDITOS	31	4	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	11.958	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 06)	1	2	Empréstimos País - Outras Instituições	11.958	-
Diversos (NOTA 06 e 07)	30	2			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	28.418	26.690	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	220.739	198.495
Outros Investimentos	28.418	26.690	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	75.323	75.068
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	34.370	24.597	De Domiciliados no País	77.202	77.586
Imóveis de Uso	12.036	1.452	(Capital a Realizar)	(1.879)	(2.518)
Outras Imobilizações de Uso	36.760	34.408	RESERVAS DE SOBRAS	135.534	114.122
(Depreciação acumulada)	(14.426)	(11.263)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.882	9.305
INTANGÍVEL (NOTA 10)	7.532	8.514			
Outros Ativos Intangíveis	17.357	16.406			
(Amortização acumulada)	(9.825)	(7.892)			
TOTAL DO ATIVO	1.101.895	953.088	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.101.895	953.088

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	73.010	3	73.013	140.855	8	140.863	119.459	-	119.459
Operações de Crédito	72.684	3	72.687	140.349	8	140.357	119.196	-	119.196
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	304	-	304	474	-	474	240	-	240
Resultado das Aplicações Compulsórias	22	-	22	32	-	32	23	-	23
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(26.325)	(64)	(26.389)	(51.675)	(124)	(51.799)	(43.161)	(71)	(43.232)
Operações de Captação no Mercado	(12.193)	(63)	(12.256)	(24.021)	(123)	(24.144)	(21.281)	(71)	(21.352)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.312)	(1)	(3.313)	(6.694)	(1)	(6.695)	(8.058)	-	(8.058)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.820)	-	(10.820)	(20.960)	-	(20.960)	(13.822)	-	(13.822)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	46.685	(61)	46.624	89.180	(116)	89.064	76.298	(71)	76.227
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(27.837)	4.222	(23.615)	(51.725)	7.591	(44.134)	(40.519)	6.455	(34.064)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.397	10.400	17.797	14.668	20.016	34.684	12.755	15.874	28.629
Rendas de Tarifas Bancárias	6.571	-	6.571	12.461	-	12.461	10.287	-	10.287
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(22.122)	(2.406)	(24.528)	(41.771)	(4.703)	(46.474)	(35.786)	(3.599)	(39.385)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(18.741)	(2.590)	(21.331)	(36.500)	(4.929)	(41.429)	(32.429)	(4.222)	(36.651)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(86)	(481)	(567)	(199)	(926)	(1.125)	(143)	(708)	(851)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	11.963	235	12.198	24.588	(77)	24.511	25.430	580	26.010
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(12.819)	(936)	(13.755)	(24.972)	(1.790)	(26.762)	(20.633)	(1.470)	(22.103)
RESULTADO OPERACIONAL	18.848	4.161	23.009	37.455	7.475	44.930	35.779	6.384	42.163
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(16)	11	(5)	(65)	75	10	(453)	102	(351)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	18.832	4.172	23.004	37.390	7.550	44.940	35.326	6.486	41.812
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	134	134	-	(922)	(922)	-	33	33
Provisão para Imposto de Renda	-	88	88	-	(587)	(587)	-	41	41
Provisão para Contribuição Social	-	46	46	-	(335)	(335)	-	(8)	(8)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.192)	-	(3.192)	(6.622)	-	(6.622)	(6.325)	-	(6.325)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	15.640	4.306	19.946	30.768	6.628	37.396	29.001	6.519	35.520
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.628	(6.628)	-	6.519	(6.519)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	15.640	4.306	19.946	37.396	-	37.396	35.520	-	35.520
DESTINAÇÕES	-	-	-	(27.514)	-	(27.514)	(26.215)	-	(26.215)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.455)	-	(4.455)	(4.504)	-	(4.504)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.647)	-	(1.647)	(1.551)	-	(1.551)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(21.412)	-	(21.412)	(20.160)	-	(20.160)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.882	-	9.882	9.305	-	9.305

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras
PR/SC/SP**

CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	70.910	93.962	4.366	169.238
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	4.320	-	(4.320)	-
Outras destinações	-	-	(46)	(46)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.503	-	-	1.503
Baixas de capital	(6.098)	-	-	(6.098)
Resultado do período	-	-	35.520	35.520
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.551)	(1.551)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.160	(20.160)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.433	-	(4.504)	(71)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	75.068	114.122	9.305	198.495
Mutações do Período	4.158	20.160	4.939	29.257
Saldos no início do período em 01/01/2019	75.068	114.122	9.305	198.495
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(9.178)	(9.178)
Outras destinações	-	-	(127)	(127)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.217	-	-	1.217
Baixas de capital	(5.324)	-	-	(5.324)
Resultado do período	-	-	37.396	37.396
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.647)	(1.647)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.412	(21.412)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.362	-	(4.455)	(93)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	75.323	135.534	9.882	220.739
Mutações do Período	255	21.412	577	22.244
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	72.559	114.122	17.450	204.131
Capital de associados				
Aumento de capital	549	-	-	549
Baixas de capital	(2.147)	-	-	(2.147)
Resultado do período	-	-	19.946	19.946
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.647)	(1.647)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.412	(21.412)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.362	-	(4.455)	(93)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	75.323	135.534	9.882	220.739
Mutações do Período	2.764	21.411	(7.568)	16.607

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.527.557/0001-40

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	26.691	50.540	39.020
Resultado do semestre/exercício	19.946	37.396	35.520
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.745	13.144	3.500
(Reversão) Provisão para operações de crédito	5.192	9.138	(190)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(6)	(9)	88
Provisão para desvalorização de outros créditos	306	269	42
Depreciação do imobilizado de uso	1.787	3.298	2.625
Amortização do intangível	1.009	1.933	1.722
Baixas do ativo permanente	82	142	519
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	102	(100)	218
Destinações ao FATES	(1.647)	(1.647)	(1.551)
Dividendos SicrediPar	(80)	120	27
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	33.446	(21.193)	19.609
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(22.111)	(25.796)	(1.590)
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.923	-	8
Redução em créditos vinculados	218	160	17
(Aumento) em relações com correspondentes	(14)	(112)	(166)
(Aumento) em operações de crédito	(89.098)	(112.658)	(94.764)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	35.426	(2.484)	13.235
(Aumento) em outros créditos	(7.160)	(6.765)	(6.627)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.296)	(2.686)	(637)
Aumento em depósitos	85.431	116.370	95.947
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(232)	257	(108)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	11.965	1.570	1.425
Absorção de dispêndios pelo FATES	(343)	(1.551)	(728)
Aumento em outras obrigações	12.737	12.502	13.597
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	60.137	29.347	58.629
Aquisição de Investimentos	(1.727)	(1.728)	(1.510)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(7.064)	(13.213)	(13.260)
Aplicações no Intangível	(315)	(951)	(3.483)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(9.106)	(15.892)	(18.253)
Integralização de capital	549	1.217	1.503
Baixa de capital	(2.147)	(5.324)	(6.098)
Juros ao capital próprio	(93)	(93)	(71)
Distribuição de Sobras	-	(9.305)	(46)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.691)	(13.505)	(4.712)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	49.340	(50)	35.664
Caixa e equivalente de caixa no início do período	254.612	304.002	268.338
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	303.952	303.952	304.002

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - Sicredi Fronteiras PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/12/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	20.716	19.495
Caixa	20.716	19.495
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	283.236	284.507
Total	303.952	304.002

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.866	5.070
DI entre Banco e Cooperativas	30.866	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	5.070
Total não circulante	30.866	5.070

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	249.386	190.201	439.587	339.227
Financiamentos	45.545	56.396	101.941	85.134
Financiamentos rurais e agroindustriais	127.833	20.738	148.571	153.080
Carteira total	422.764	267.335	690.099	577.441

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	576	1	577	439
Devedores por compra de valores e bens	57	18	75	-
Títulos e créditos a receber (i)	31.204	12	31.216	21.851
Total	31.837	31	31.868	22.290

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	60	55	-	-
Nível A	0,50	278.355	201.268	1.392	1.006
Nível B	1,00	271.047	249.204	2.709	2.493
Nível C	3,00	107.340	100.015	3.220	3.000
Nível D	10,00	25.767	22.560	2.577	2.256
Nível E	30,00	11.380	8.039	3.414	2.412
Nível F	50,00	5.070	4.421	2.535	2.211
Nível G	70,00	8.328	2.189	5.830	1.532
Nível H	100,00	14.620	11.980	14.620	11.980
Total		721.967	599.731	36.297	26.890

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.126	58.199	61.188	86.390	211.903	178.156
Rural	895	15.028	111.910	20.738	148.571	153.080
Industrial	367	15.071	13.500	23.767	52.705	46.717
Comércio	2.754	45.863	59.040	76.110	183.767	139.312
Outros Serviços	1.200	26.231	37.229	60.361	125.021	82.466
Total	11.342	160.392	282.867	267.366	721.967	599.731

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	37.263	5,16	38.726	6,46
50 devedores seguintes	91.879	12,73	72.512	12,09
100 devedores seguintes	68.928	9,55	61.142	10,19
Demais	523.897	72,56	427.351	71,26
Total	721.967	100	599.731	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	26.890	27.038
Constituição de provisão	20.960	13.822
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.553)	(13.970)
Saldo final	36.297	26.890

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 8.838 (2018 - R\$ 9.116), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 38.508 (2018 - R\$ 32.693).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	91	1.356
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.504	1.346
Devedores por compra de valores e bens	57	-
Devedores por depósitos em garantia	457	626
Impostos e contribuições a compensar	170	721
Títulos e créditos a receber (ii)	31.204	21.849
Cotas de consórcio	5	216
Operações com cartões	400	567
Pendências a regularizar	75	783
Outros	481	554
Total Circulante	34.444	28.018
Devedores por compra de valores e bens	18	-
Títulos e créditos a receber (ii)	12	2
Total não circulante	30	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	4.892	2.118
Imóveis	4.687	1.876
Veículos e afins	197	242
Máquinas e equipamentos	8	-
Material em estoque	77	153
Despesas antecipadas	24	37
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(89)	(98)
Total Circulante	4.904	2.210

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 89 (2018 - R\$ 98) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	16.076	14.348
Sicredi Participações S.A.	12.340	12.340
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outras Ações e Cotas	-	1
Total	28.418	26.690

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	4.002.059 ON	4.002.059 ON	2	2	16.075.722	14.348.273
	8.337.631 PN	8.337.631 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,17%	1,40%	1,24%	1,24%	5,07%	6,31%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	12.340	12.340	2	2	16.076	14.348

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	48.796	(14.426)	34.370	24.597
Imobilizações em curso	-	233	-	233	10.450
Terrenos	-	730	-	730	730
Edificações	4%	11.306	(496)	10.810	394
Instalações	10%	9.944	(3.074)	6.870	3.794
Móveis e equipamentos de uso	10%	14.200	(4.462)	9.738	5.819
Sistema de comunicação	10%	393	(164)	229	161
Sistema de processamento de dados	20%	10.018	(5.502)	4.516	2.625
Sistema de segurança	10%	1.038	(334)	704	203
Sistema de transporte	20%	934	(394)	540	421
Intangível (i)		17.357	(9.825)	7.532	8.514
Investimentos Confederação		17.357	(9.825)	7.532	8.514
Total		66.153	(24.251)	41.902	33.111

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	164.036	-	-	164.036
Depósitos Interfinanceiros (i)	-	20.892	37.730	58.622
Depósitos a prazo	10.567	20.111	403.864	434.542
Total	174.603	41.003	441.594	657.200

(i) Refere-se a operações entre a Cooperativas e Banco, Central e demais Cooperativas.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	122.528	143.591
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	122.528	143.591
Total circulante	122.528	143.591
Recursos do Crédito Rural	27.627	8.991
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	27.627	8.991
Total não circulante	27.627	8.991

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	7	10.395
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	10.395
Outras instituições	7	-
Total circulante	7	10.395
Empréstimos no País - outras instituições	11.958	-
Outras instituições	11.958	-
Total não circulante	11.958	-

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	135	1
Obrigações por convênios oficiais	27	23
Provisão para pagamentos a efetuar	4.884	4.954
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	875	975
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.988	4.213
Pendências a regularizar	76	33
Operações com cartões	30.427	22.212
Demais fornecedores	1.448	1.425
Credores diversos	2.877	2.515
Total circulante	45.737	36.351

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	513	183	(328)	368
Cível	462	96	(51)	507
Total	975	279	(379)	875

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	368	513
Cível	Provável	507	462
Total		875	975

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 7.106; R\$ 1.072 (2018 - R\$ 3.035 e R\$ 750), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	75.323	75.068
Total de associados	71.282	64.542

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 255 (2018 – R\$ 4.158), sendo R\$ 4.362 (2018 – R\$ 8.753) via integralização de resultados e R\$ 1.217 (2018 – R\$ 1.503), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.324 (2018 – R\$ 6.098).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,12% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.455, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	38.318	35.487
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(15.327)	(14.905)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	15	13
Provisão resgate de milhas cartão	(1)	(53)
Brindes e Doações	(38)	(32)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(51)	102
Receita com atos cooperativos	12.308	12.180
Juros sobre capital próprio	1.782	1.892
Prejuízo fiscal	335	220
Lucros e dividendos	32	84
Outros	23	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	509
Subtotal	14.405	14.938
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(922)	33

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	30.866	5.070
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	283.236	284.507
Outros Créditos - Rendas a receber	1.767	1.683
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.614	1.250
Investimentos (Nota 09)	28.418	26.690
Intangível (Nota 10)	7.532	8.514
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	24.144	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	150.155	152.582
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	11.965	10.395
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	30.063	22.208
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	474	240
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	13.270	10.552
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	16.508	18.552
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	776	-
Operações de Empréstimos e Repasses	6.695	8.058
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	4.180	3.504
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	14.421	13.088

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	118	0,07%	50
Depósitos a prazo	1.433	0,33%	1.501
Operações de crédito	1.006	0,15%	1.029

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	5.633	4.427

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.101	958
Despesa de aluguéis	5.653	4.649
Despesa de comunicação	2.012	1.940
Despesa de manutenção e conservação	2.278	1.852
Despesa de material	717	744
Despesa processamento dados	1.038	954
Despesa de promoções e relações públicas	3.992	3.271
Despesa de propaganda e publicidade	545	479
Despesa de seguro	591	304
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.598	3.644
Despesa de serviços de terceiros	1.474	773
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.772	2.712
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.075	1.546
Despesa de serviços de transportes	1.884	1.756
Despesa de viagem	773	1.544
Despesa de depreciação e amortização	3.298	2.625
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.933	1.722
Despesa Dispendio Assitencia Social e Educacional	2.317	1.699
Outras despesas administrativas	3.378	3.479
Total	41.429	36.651

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.244	1.874
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	15.835	17.698
Reversão de provisões operacionais	5.591	5.051
Outras rendas operacionais	1.841	1.387
Total	24.511	26.010

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.439	1.625
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.585	1.140
Contribuição Confederação Sicredi	10.265	9.412
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.361	1.227
Encargos da administração financeira	84	117
Repasse administradora de Cartões	435	431
Outras provisões operacionais	4.966	4.290
Outras despesas - Cartões	2.926	1.199
Outras despesas operacionais	2.494	2.465
Total	26.762	22.103

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	246.332	227.393
Total	246.332	227.393

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	213.207	189.981
Nível I (NI)	213.207	189.981
Capital principal - CP	213.207	189.981
Capital social	75.323	75.068
Reservas de capital	135.534	114.122
Lucros acumulados	9.882	9.305
Ajustes Prudenciais	(7.532)	(8.514)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	973.053	866.899
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.761	3.064
Margem de Capital (i)	109.276	95.893
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,91%	21,92%
Situação de Imobilização (Imob)	34.373	24.599
Índice de Imobilização (Imob / PR)	16,12%	12,95%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Adriana Conceição Barros Mees
Diretora Executiva
CPF: 609.782.289-87

José Carlos Steffen
Diretor de Negócios
CPF: 333.052.269-00

Fabio Junior Camera
Contador
CRC: PR-0052707/O-2
CPF: 025.334.169-83